



Pan Consórcio

Demonstrações Financeiras – Exercício 2016

06 de fevereiro de 2017



**PanAmericano Administradora de Consórcio Ltda.
Relatório da Administração – 2016**

06 de Fevereiro de 2017

SENHORES COTISTAS

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

CENÁRIO ATUAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Pan Consórcio” ou “Administradora”) é uma empresa controlada pelo Banco Pan S.A. (“Banco”), que detém 99,99% de seu capital total. A Pan Consórcio é uma empresa de capital fechado e tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente automóveis e imóveis, por meio de autofinanciamento.

DESEMPENHO FINANCEIRO

No exercício de 2016, a receita de prestação de serviços foi de R\$ 25 milhões, 12% maior em relação ao exercício de 2015. O resultado bruto da Pan Consórcio foi de R\$ 2 milhões no exercício de 2016, estável em relação ao resultado bruto no exercício de 2015.

A Pan Consórcio apresentou, no exercício 2016, um resultado líquido negativo de R\$ 3.939 mil, comparável a um resultado líquido negativo de R\$ 511 mil no exercício de 2015. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 atingiu R\$ 43 milhões.

AUDITORES INDEPENDENTES

As informações financeiras da Administradora passaram a ser auditadas, a partir do primeiro trimestre de 2011, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PWC”), em substituição à Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. De acordo com o teor da Instrução CVM nº 381, no exercício de 2016 a Pan Consórcio não contratou e nem teve serviços prestados pela PWC não relacionados à auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, ou seja, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover interesses deste.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores pelo empenho e engajamento na execução da estratégia de negócios da Administradora, e aos nossos clientes, investidores e parceiros que nos honram com seu apoio e confiança.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
CIRCULANTE		1.887	8.877	CIRCULANTE		3.882	7.960
Disponibilidades		19	17	Outras obrigações		3.882	7.960
Títulos e valores mobiliários		17	-	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	3.241	5.982
Carteira própria	4	17	-	Sociais e estatutárias		2	-
Outros créditos		1.846	8.856	Fiscais e previdenciárias	6.a	344	844
Diversos	5.b	1.846	8.856	Diversas	6.b	295	1.134
Outros valores e bens		5	4				
Despesas antecipadas		5	4				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		52.051	27.648	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		7.535	12.077
Aplicações interfinanceiras de liquidez		3.399	-	Outras obrigações		7.535	12.077
Posição bancada	4	3.399	-	Obrigações com grupos de consórcio	6.c	848	1.444
Títulos e valores mobiliários		33.385	14.091	Diversas	6.b	6.687	10.633
Carteira própria	4	33.385	14.091				
Outros créditos		15.267	13.557				
Créditos específicos	5.a	848	1.444				
Diversos	5.b	14.419	12.113				
PERMANENTE		113	85	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.634	16.573
Imobilizado de uso	18.a	4	5	Capital social	8.a	42.388	12.388
Outras imobilizações de uso		38	28	De domiciliados no País		42.388	12.388
(-) Depreciações acumuladas		(34)	(23)	Reserva de lucros		246	4.185
Intangível	18.b	109	80				
Ativos intangíveis		667	613				
(-) Amortizações acumuladas		(558)	(533)				
TOTAL DO ATIVO		54.051	36.610	TOTAL DO PASSIVO		54.051	36.610

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido por cota)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	
		<u>2016</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		942	1.835	2.042
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		942	1.835	2.042
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		942	1.835	2.042
OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS		(1.361)	(7.757)	(2.896)
Receitas de prestação de serviços	9	9.976	24.764	22.186
Despesas de pessoal	10	(1.869)	(4.171)	(4.986)
Outras despesas administrativas	11	(6.482)	(25.783)	(14.887)
Despesas tributárias	12	(1.170)	(2.878)	(3.001)
Outras receitas operacionais	13.a	824	5.365	2.547
Outras despesas operacionais	13.b	(2.640)	(5.054)	(4.755)
RESULTADO OPERACIONAL		(419)	(5.922)	(854)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		-	-	108
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O PREJUÍZO		(419)	(5.922)	(746)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14.a	125	1.983	235
Ativo fiscal diferido		125	1.983	235
PREJUÍZO LÍQUIDO		(294)	(3.939)	(511)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR COTA - EM R\$		(0,01)	(0,08)	(0,04)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de Lucros		Prejuízo/ lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reservas especiais de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	12.388	1	349	4.347	-	17.085
Prejuízo	-	-	-	-	(511)	(511)
Absorção de prejuízos	-	-	-	(511)	511	-
Reserva de capital	-	(1)	-	-	-	(1)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.388	-	349	3.836	-	16.573
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	12.388	-	349	3.836	-	16.573
Aumento de capital	30.000	-	-	-	-	30.000
Prejuízo	-	-	-	-	(3.939)	(3.939)
Absorção de prejuízos	-	-	(103)	(3.836)	3.939	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	42.388	-	246	-	-	42.634
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2016	12.388	-	349	3.836	(3.645)	12.928
Aumento de capital	30.000	-	-	-	-	30.000
Prejuízo	-	-	-	-	(294)	(294)
Absorção de prejuízos	-	-	(103)	(3.836)	3.939	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	42.388	-	246	-	-	42.634

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2º semestre</u>	<u>Exercício</u>	
	<u>2016</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
PREJUÍZO LÍQUIDO	<u>(294)</u>	<u>(3.939)</u>	<u>(511)</u>
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa:			
Depreciações e amortizações	13	36	62
Reversão/Constituição de provisão para contingências	2.298	(558)	2.937
Imposto de renda e contribuição social - diferido	<u>(125)</u>	<u>(1.983)</u>	<u>(235)</u>
Prejuízo ajustado	1.892	(6.444)	2.253
Varição de Ativos e Passivos:			
Redução/(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	1.268	(3.399)	-
(Aumento)/Redução em títulos e valores mobiliários	(30.584)	(19.311)	4.840
Redução em outros créditos	1.520	7.283	214
Redução/(Aumento) em outros valores e bens	6	(1)	(4)
Redução em outras obrigações	<u>(4.061)</u>	<u>(8.062)</u>	<u>(7.271)</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (USADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	<u>(29.959)</u>	<u>(29.934)</u>	<u>32</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Aquisição de imobilizado de uso	-	(10)	(28)
Aplicações no intangível	<u>(54)</u>	<u>(54)</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(54)</u>	<u>(64)</u>	<u>(28)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	<u>30.000</u>	<u>30.000</u>	<u>-</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:	<u>30.000</u>	<u>30.000</u>	<u>-</u>
(REDUÇÃO)/AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(13)	2	4
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>32</u>	<u>17</u>	<u>13</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>19</u>	<u>19</u>	<u>17</u>
INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR SOBRE O FLUXO DE CAIXA			
Juros recebidos	539	898	978

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RECURSOS DE CONSÓRCIO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015**

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015	PASSIVO	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO CIRCULANTE		<u>180.563</u>	<u>169.421</u>	PASSIVO CIRCULANTE	<u>180.563</u>	<u>169.421</u>
Disponibilidades		<u>31</u>	<u>54</u>	Obrigações com consorciados	29.441	27.710
Depósitos bancários		31	54	Valores a repassar	10.433	10.934
Aplicações financeiras	20	<u>94.727</u>	<u>93.462</u>	Obrigações por contemplações a entregar	70.925	77.071
Outros créditos		<u>85.805</u>	<u>75.905</u>	Recursos a devolver a consorciados	49.434	39.981
Direitos junto a consorciados contemplados		<u>85.805</u>	<u>75.905</u>	Recursos dos grupos	20.330	13.725
Normais		82.995	73.227			
Em atraso		1.117	880			
Em cobrança judicial		1.693	1.798			
COMPENSAÇÃO		<u>633.308</u>	<u>898.615</u>	COMPENSAÇÃO	<u>633.308</u>	<u>898.615</u>
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados		2.495	2.578	Recursos mensais a receber de consorciados	2.495	2.578
Contribuições devidas ao grupo		348.306	476.676	Obrigações do grupo por contribuições	348.306	476.676
Valor dos bens a contemplar		282.507	419.361	Bens a contemplar	282.507	419.361
TOTAL DO ATIVO E COMPENSAÇÃO		<u>813.871</u>	<u>1.068.036</u>	TOTAL DO PASSIVO E COMPENSAÇÃO	<u>813.871</u>	<u>1.068.036</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA.

**DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES
DE GRUPOS DE CONSÓRCIO CONSOLIDADA**

PARA O 2º SEMESTRE DE 2016 E OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre	Exercício	
	<u>2016</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	90.737	93.516	80.100
Depósitos bancários	26	54	186
Aplicações financeiras	19.996	16.329	24.211
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	70.715	77.133	55.703
(+) RECURSOS COLETADOS	37.038	79.578	58.706
Contribuições para aquisição de bens	21.959	43.388	33.174
Taxa de administração	7.697	19.579	14.306
Contribuições ao fundo de reserva	776	1.594	821
Rendimento de aplicações financeiras	5.317	10.183	8.726
Multas e juros moratórios	128	290	222
Prêmios de seguro	959	1.643	1.261
Custas judiciais	14	17	3
Outros	188	2.884	193
(-) RECURSOS UTILIZADOS	33.017	78.336	45.290
Aquisição de bens	22.711	52.132	28.894
Taxa de administração	8.266	21.155	14.141
Multas e juros moratórios	65	154	101
Prêmios de seguro	1.433	1.728	1.221
Custas judiciais	14	19	1
Devolução a consorciados desligados	74	85	66
Outros	454	3.063	866
DISPONIBILIDADES NO FINAL DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	94.758	94.758	93.516
Depósitos bancários	31	31	54
Aplicações financeiras	23.410	23.410	16.329
Aplicações financeiras vinculadas a contemplações	71.317	71.317	77.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. (“Administradora”) é uma empresa que tem por objetivo a administração de grupos de consórcio de bens, principalmente de automóveis e imóveis. É uma empresa controlada pelo Banco PAN, tendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam no mercado financeiro e de capitais, utilizando-se dos recursos administrativo e operacional do Banco PAN. Os custos provenientes dessas utilizações são alocados, conforme praticável, por meio de rateio entre as Instituições.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”), com observância das disposições emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo BACEN, Resoluções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela CVM, porém nem todos foram homologados pelo BACEN. Desta forma a Administradora, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou, conforme aplicáveis, os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

1. CPC 01 – Redução ao valor recuperável de ativos – homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
2. CPC 03 – Demonstração do fluxo de caixa – homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
3. CPC 05 – Divulgação sobre partes relacionadas – homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
4. CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes – homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
5. CPC 24 – Evento Subsequente – homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
6. CPC 10 (R1) – Pagamento baseado em ações – homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;
7. CPC 23 – Políticas Contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro – homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11;
8. CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – Financeiro – homologado pela Resolução CMN nº 4.144/12; e
9. CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – homologado pela Resolução CMN nº 4.424/15, cujo os efeitos entraram em vigor a partir de 01/01/2016.

Ao longo de 2016 o Banco Central aprovou os CPC’s abaixo mencionados que passarão a vigorar em 01/01/2017:

10. CPC 04 – Ativo Intangível - homologado pela Resolução CMN nº 4.534/16; e
11. CPC 27 – Ativo Imobilizado - homologado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31/12/2016, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e Diretoria em 06/02/2017.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DA ADMINISTRADORA

a) Caixa e equivalentes de caixa e moeda funcional e de apresentação:

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, os quais são utilizados pela Administradora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional da Administradora.

b) Apuração do resultado:

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério “pro rata” dia para aquelas de natureza financeira. Estas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas com operações no Exterior ou a títulos descontados, as quais são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelos índices pactuados. As receitas de taxa de administração são reconhecidas quando do seu efetivo recebimento dos grupos de consórcio.

As despesas de comissão sobre as vendas de cotas de consórcio são registradas quando da comercialização dessas cotas.

c) Títulos e valores mobiliários:

Os títulos e valores mobiliários são contabilizados pelo valor da aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, com base na taxa de remuneração e em razão da fluência dos prazos dos papéis e ajustados a valor de mercado, quando aplicável. Eles são classificados nas seguintes categorias:

- Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda – são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários. Ganhos e perdas não realizados são reconhecidos no resultado do período, quando efetivamente realizados; e
- Títulos mantidos até o vencimento – são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

d) Imobilizado:

Corresponde aos direitos que tenham por objetivo bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens para a entidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil-econômica estimada dos bens.

e) Intangível:

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado pelo custo de aquisição/formação, deduzido da amortização acumulada e ajustado por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estão representados, basicamente, por gastos com aquisição e desenvolvimentos logísticos. A amortização é calculada pelo método linear em 5 anos.

f) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo):

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, as quais são revistas periodicamente considerando estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

g) Obrigações:

As obrigações por recursos não procurados estão registradas pelo valor a ser devolvido aos consorciados dos grupos encerrados, incluindo remuneração igual à do rendimento gerado pelos títulos e valores mobiliários em que os grupos ativos têm aplicações, e estão apresentadas na conta "Obrigações com grupos de consórcio" (nota 6c).

h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias):

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo os principais critérios os seguintes:

- Ativos Contingentes – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos;
- Contingências Passivas – são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, quando relevantes, enquanto aqueles classificados como perda remota não são provisionados ou divulgados; e
- Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) – referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, que independentemente de avaliação acerca de probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

i) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*):

Os ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, que é apurado da seguinte forma:

- i. Potencial valor de venda, ou valor de realização deduzido das respectivas despesas; ou
- ii. Valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

j) Lucro por cota:

O lucro por cota é calculado com base nas quantidades de cotas, nas datas das demonstrações financeiras.

k) Uso de estimativas contábeis:

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) a estimativa dos créditos tributários ativados; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado e amortizações de intangíveis; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; e (iv) perda ao valor recuperável de ativos não financeiros. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

l) Eventos subsequentes:

Referem-se a eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação pelos Órgãos de administração. São divididos em:

- i) eventos que originam ajustes, relacionados a condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ii) eventos que não originam ajustes, relacionados a condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

4) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Papel / lastro da operação	31/12/2016				31/12/2015		
	Até 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Valor contábil	Valor justo (b)	Valor contábil	Valor justo (b)
Títulos disponíveis para venda							
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	17	33.385	-	33.402	33.402	7.837	7.837
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	-	-	3.399	3.399	3.399	6.254	6.254
Total	17	33.385	3.399	36.801	36.801	14.091	14.091

(a) Referem-se a títulos pós-fixados indexados à taxa de juros dos Certificados de Depósito Interfinanceiro – CDI; e

(b) O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

5) OUTROS CRÉDITOS

a) Créditos específicos:

	31/12/2016	31/12/2015
Valores pendentes de recebimento em cobrança judicial	625	1.291
Bens retomados após encerramento	223	153
Total (Nota 6c)	848	1.444

b) Diversos:

	31/12/2016	31/12/2015
Depósitos e bloqueios judiciais	8.631	9.554
Créditos tributários (Nota 14b)	6.760	4.776
Impostos a compensar	304	2.732
Cotas de grupos de consórcio (a)	219	219
Taxa de administração a receber	127	2.476
Outros créditos	118	245
Outros valores a receber	106	967
Total	16.265	20.969

(a) Referem-se à aquisição de cotas de grupos de consórcio pela Administradora, as quais serão as últimas a serem contempladas dentro dos grupos.

6) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias:

	31/12/2016	31/12/2015
COFINS a recolher	150	413
Impostos contribuições sobre salários	108	237
ISS – Impostos sobre serviços a recolher	36	88
PIS a recolher	32	89
Impostos retidos na fonte sobre terceiros	18	17
Total	344	844

b) Diversas:

	31/12/2016	31/12/2015
Provisão para passivos contingentes (Nota 7)	6.687	10.633
Provisão para pagamentos a efetuar	249	1.108
Outros	46	26
Total	6.982	11.767

c) Obrigações com grupos de consórcio:

	31/12/2016	31/12/2015
Recursos não procurados – grupos (Nota 3g)	3.241	5.982
Recursos pendentes de recebimento em cobrança judicial (Nota 5a)	848	1.444
Total	4.089	7.426

7) PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS (FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS)

a) Provisões classificadas como perda provável:

A Administradora é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal decorrentes do exercício de suas atividades. São constituídas provisões para os processos em que a perda for avaliada como provável com base na opinião de assessores jurídicos, na natureza e complexidade das ações e no posicionamento dos tribunais. A provisão constituída é suficiente para atender ao risco de perda decorrente desses processos.

b) Processos trabalhistas:

São ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviço, visando obter o pagamento de verbas trabalhistas em geral e em especial horas extras – em razão da interpretação do artigo 224 da CLT ou responsabilização subsidiária nas ações que envolvem os prestadores de serviço.

Esses processos são geridos individualmente por meio de sistema informatizado. A provisão é constituída individualmente, de acordo com a situação do processo e o efetivo risco de perda. Os processos com decisão judicial desfavorável têm provisão associada correspondente ao valor efetivo da referida decisão, devidamente liquidados.

c) Processos cíveis:

São processos de natureza condenatória de obrigação de pagar, referente a ações indenizatórias, protestos, devolução de cheques, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito e à restituição de valores.

Essas ações são geridas individualmente por meio de sistema informatizado e a provisão constituída individualmente quando a probabilidade de perda for avaliada como provável, considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza e complexidade das ações e o posicionamento dos tribunais.

Os valores envolvidos são provisionados integralmente no caso dos processos com decisão judicial desfavorável. Para o cálculo do valor de risco das demais ações, é considerado o índice histórico de perda dos processos encerrados nos últimos 12 meses aplicado sobre o valor do pedido.

I - Provisões segregadas por natureza:

	31/12/2016	31/12/2015
Processos cíveis	4.629	3.633
Processos trabalhistas	2.056	6.798
Processos tributários	2	202
Total (Nota 6b)	6.687	10.633

II - Movimentação das provisões:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributários	Total
Saldo em 31/12/2015	3.633	6.798	202	10.633
Baixas	(1.590)	(1.798)	-	(3.388)
Constituições líquidas de reversões	2.586	(2.944)	(200)	(558)
Saldo em 31/12/2016	4.629	2.056	2	6.687



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social:

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é de R\$42.388 em 31/12/2016 e R\$12.388 em 31/12/2015, e está representado por 48.168.122 cotas em 31/12/2016 e 14.077.212 cotas em 31/12/2015, no valor nominal de R\$ 0,88 cada uma.

b) Reserva de lucros:

Reserva legal – Nos termos do Contrato Social, a Administradora deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado da Administradora. Ademais, a Administradora poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

c) Dividendos mínimos:

Aos sócios é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, atualizada pela Lei nº 11.638/07.

9) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31/12/2016	31/12/2015
Taxa de administração	21.658	17.419
Taxa de permanência	2.932	4.640
Taxas de serviços	174	127
Total	24.764	22.186

10) DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2016	31/12/2015
Honorários	1.813	2.077
Proventos	1.203	1.634
Encargos sociais	816	955
Benefícios	337	318
Outros	2	2
Total	4.171	4.986

11) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2016	31/12/2015
Comissões sobre venda de consórcio	15.733	8.663
Serviço de cobrança	7.803	3.933
Call Center	440	599
Serviços técnicos especializados	376	427
Aluguéis	352	346
Processamento de dados	245	153
Eventos	-	266
Outras	834	500
Total	25.783	14.887

12) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2016	31/12/2015
Contribuição à COFINS	1.961	1.803
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	496	805
Contribuição ao PIS	421	389
Impostos e taxas	-	4
Total	2.878	3.001

13) OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras receitas operacionais:

	31/12/2016	31/12/2015
Reversão de provisões operacionais	4.922	848
Recuperação de despesas	239	447
Variação monetária ativa	201	276
Valores grupos	-	967
Outras	3	9
Total	5.365	2.547

b) Outras despesas operacionais:

	31/12/2016	31/12/2015
Constituição de provisões (Nota 7)	3.647	3.300
Atualização dos recursos dos grupos encerrados	1.266	1.440
Outras	141	15
Total	5.054	4.755

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2016	31/12/2015
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(5.922)	(746)
Alíquota efetiva	34%	34%
Encargos/créditos total do imposto de renda e contribuição social, de acordo com as alíquotas vigentes	2.013	253
Efeito no cálculo dos tributos:		
Ajuste de crédito tributário	-	(6)
Outros valores	(30)	(12)
Receita de imposto de renda e contribuição social do exercício	1.983	235

b) Origem e movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para contingências cíveis	1.507	1.268	(1.201)	1.574
Provisão para contingências trabalhistas	2.311	646	(2.258)	699
Provisão para contingências tributárias	69	-	(68)	1
Outras provisões	3	260	(263)	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.890	2.174	(3.790)	2.274
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	886	3.600	-	4.486
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	4.776	5.774	(3.790)	6.760

c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização se apresenta a seguir:

	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
2016	-	2.106	-	-	-	2.106
2017	823	1.511	286	595	1.109	2.106
2018	1.451	207	224	291	1.675	498
2019	-	65	1.458	-	1.458	65
2020	-	1	1.434	-	1.434	1
2021	-	-	1.084	-	1.084	-
Total	2.274	3.890	4.486	886	6.760	4.776

Em 31/12/2016, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, totalizava R\$ 4.454 (R\$ 3.757 em 31/12/2015).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

15) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

a) A tabela a seguir demonstra os saldos e transações com partes relacionadas:

	Grau de relação	Prazo máximo	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
			31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	17	8	-	-
Aplicações Interfinanceiras de liquidez						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	01/09/2021	3.399	6.254	631	1.057
Títulos e Valores Mobiliários						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	13/12/2019	33.402	7.837	1.204	985
Outras Obrigações						
Banco Pan S.A.	Controlador direto	Sem prazo	(73)	(1)	-	-
Panserv Prestadora de Serviços Ltda.	Coligada	Sem prazo	-	(35)	-	(243)
BM Sua Casa Promotora de Vendas Ltda.	Coligada	Sem prazo	-	(26)	-	(265)
Despesas com Pessoal						
Pan Seguros S.A.	Coligada	-	-	-	(3)	(3)

b) Remuneração dos Administradores:

Na Assembleia Geral Ordinária de 22/03/2016 foi definido o valor máximo de remuneração dos administradores para o ano de 2016 no montante de R\$ 3.660 (R\$ 4.270 em 31/12/2015).

16) LIMITE OPERACIONAL - ACORDO DA BASILEIA

Ao longo de 2013 e 2014, o Banco Central divulgou um conjunto de resoluções e circulares que passaram a valer a partir de outubro de 2013, com recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) ao sistema bancário mundial no que tange os requerimentos de capital exigido. Dentre as medidas prudenciais emitidas neste pacote de normas, conhecido como Basileia III, destacam-se aquelas referentes à apuração do Patrimônio de Referência (PR), através dos ajustes prudenciais, e aos requerimentos mínimos de capital, que tiveram novas alterações.

O Conglomerado Prudencial PAN atende aos critérios mínimos de capital definidos pelas Resoluções nº 4.192/13 e nº 4.193/13. No cálculo das parcelas de capital exigido, tomam-se como base a circular nº 3.644/13 para o risco de crédito, as circulares nº 3.634/13 a nº 3.639/13, nº 3.641/13 e nº 3.645/13 para o risco de mercado, e a circular nº 3.640/13 para o risco operacional.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de reais, exceto quando informado)

A Panamericano Administradora de Consórcio Ltda., como parte integrante do Conglomerado Prudencial PAN, tem seus limites operacionais calculados de forma consolidada com os de seu controlador, o Banco PAN. Em 31/12/2016 o Conglomerado Prudencial PAN apresentou o Índice de Basileia de 13,26%.

17) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Em 04/05/2015, a PREVIC aprovou a retirada de patrocínio da Administradora no Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, devido ao fato da Administradora não fazer mais parte do mesmo grupo econômico das empresas que compõem o Plano de Benefícios V do Grupo Silvio Santos, e também por não fazer parte da política/plano de benefícios adotado pela Administradora.

Em linha com as melhores práticas de mercado, a Administradora oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale Refeição e (e) Vale Alimentação. O montante dessas despesas totalizou no exercício findo em 31/12/2016 R\$ 269 (R\$ 315 em 31/12/2015).

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Em 31/12/2016 o imobilizado refere-se a instalações, com prazo de depreciação de 10 anos.
- b) O intangível refere-se a gastos com desenvolvimento logiciais, com prazo de amortização de 5 anos.

19) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são recursos disponíveis ainda não utilizados pelos grupos, aplicadas seguindo as determinações do BACEN.

b) Rendimentos de aplicações financeiras:

Os rendimentos financeiros são apropriados mensalmente e proporcionalmente aos respectivos saldos diários de aplicações financeiras dos grupos de consórcio, sendo contabilizados na rubrica "Aplicações financeiras" em contrapartida às contas de "Obrigações por contemplações a entregar" e "Recursos dos grupos", no passivo.

c) Direitos junto a consorciados contemplados:

Os direitos perante os consorciados contemplados representam os valores a receber dos consorciados contemplados, correspondentes ao fundo comum.

d) Obrigações com consorciados:

As obrigações com consorciados representam o fundo comum recebido de consorciados não contemplados para aquisição de bens, e o fundo comum, a taxa de administração, o fundo de reserva e o seguro recebido de consorciados dos grupos em formação, acrescidos de rendimentos financeiros.

e) Valores a repassar:

Os valores a repassar referem-se a valores recebidos de consorciados a serem repassados de taxa de administração, prêmios de seguros, multa e juros moratórios e outros.

f) Recursos a devolver a consorciados:

Os recursos a devolver a consorciados referem-se a valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos por ocasião do encerramento do grupo, referentes a pagamentos a maior de parcelas, e a valores a pagar aos consorciados desistentes e excluídos, atualizados pela variação do bem.

g) Previsão mensal de recursos a receber:

A conta de compensação “Previsão mensal de recursos a receber de consorciados” representa o valor das contribuições a receber (fundo comum) dos consorciados ativos.

h) Contribuições devidas ao grupo:

A conta de compensação “Contribuições devidas ao grupo” representa a previsão de recebimento do fundo comum e fundo de reserva até o término dos grupos, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

i) Valor dos bens a contemplar:

A conta de compensação “Valor dos bens a contemplar” representa o valor total dos bens a serem contemplados em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

j) Recursos coletados:

Os recursos coletados representam, principalmente, o total recebido dos consorciados para aquisição do bem (fundo comum), a remuneração da Administradora (taxa de administração) e os rendimentos financeiros auferidos sobre os recursos aplicados. A taxa de administração é calculada mensalmente de acordo com os percentuais estabelecidos nos respectivos contratos de consórcio, que geralmente são maiores no início do contrato com o objetivo de cobrir custos de comissões sobre venda de consórcio. Considerando esse aspecto, a taxa de administração média sobre as contribuições recebidas foi de 19,6% (21,0% em 2015).

k) Recursos utilizados:

Os recursos utilizados representam, principalmente, o montante aplicado na aquisição de bens, no pagamento da taxa de administração, nas despesas de seguros e nas devoluções a consorciados desligados.

I) Informações complementares sobre os grupos em andamento:

	Quantidade	
	31/12/2016	31/12/2015
Grupos administrados	28	25
Consorticiados ativos	4.950	5.385
Grupos constituídos no exercício	3	2
Grupos encerrados no exercício	-	-
Consorticiados contemplados	2.949	2.434
Consorticiados desistentes e excluídos – total	44.416	36.849
Consorticiados desistentes e excluídos no exercício	7.831	5.768
Consorticiados inadimplentes	716	985
Bens entregues no exercício	490	320
Bens pendentes de entrega – total	692	663
Bens pendentes de entrega no exercício	343	272
Taxa média de inadimplência dos consorticiados (a)	14,5%	18,3%

(a) Quantidade de consorticiados inadimplentes/consorticiados ativos.

20) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – GRUPOS DE CONSÓRCIO

	31/12/2016		31/12/2015
	De 3 a 5 anos	Total	Total
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	94.727	94.727	93.462
Total	94.727	94.727	93.462



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de reais, exceto quando informado)

São Paulo, 06 de fevereiro de 2017

DIRETORIA

CONTADOR

Gregório Moreira Franco
CRC 1SP219426/O-2

***Panamericano
Administradora de
Consórcio Ltda.
Demonstrações
financeiras***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2016
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Cotistas
Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Panamericano Administradora de Consórcio Ltda. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.



Panamericano Administradora de Consórcio Ltda.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de fevereiro de 2017

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2